



Entendendo o Estatuto da Criança e do Adolescente: Uma Abordagem Abrangente

Material Pedagógico de Apoio (2025)

Portal IDEA
2025

Entendendo o Estatuto da Criança e do Adolescente: Uma Abordagem Abrangente

Material Pedagógico de Apoio (2025)

Esta obra pertence ao Portal IDEA - 2025



SUMÁRIO

Introdução	4
Capítulo 1: O que é o ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente	8
Capítulo 2: Contexto Histórico da Criação do ECA	12
Capítulo 3: Principais Objetivos e Diretrizes do ECA	16
Capítulo 4: Áreas de Atuação do ECA	20
Capítulo 5: O Impacto do ECA na Sociedade Brasileira	24
Referências Bibliográficas	28



Introdução

Ao longo da história, a evolução dos direitos humanos tem marcado profundas transformações na sociedade, e um dos capítulos mais significativos dessa trajetória é a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil. Em um país onde a infância e juventude enfrentavam inúmeros desafios, desde a falta de acesso a direitos básicos como educação e saúde até situações graves de abuso e exploração, o surgimento do ECA em 13 de julho de 1990 representou uma mudança paradigmática. Este estatuto não apenas estabeleceu um marco legal, mas também refletiu uma mudança de mentalidade em relação à proteção integral das crianças e adolescentes.

A necessidade de uma legislação específica que abordasse os direitos das crianças e adolescentes com clareza e eficácia era evidente. Antes do ECA, o Brasil carecia de um marco legal abrangente, o que deixava essa população vulnerável a uma série de violações de direitos. A criação do ECA foi uma resposta direta a essas lacunas, emergindo de um processo de mobilização que envolveu diversos setores da sociedade, incluindo ativistas, profissionais da área da infância e juventude, acadêmicos e legisladores. Esta união de forças reflete o reconhecimento da sociedade sobre a importância de proteger seus membros mais jovens, assegurando-lhes um desenvolvimento saudável e seguro.

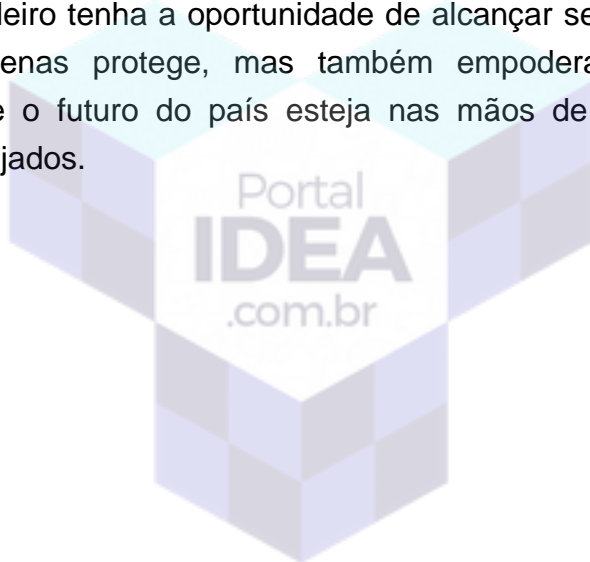
O ECA se baseia em quatro pilares fundamentais: proteção integral, prioridade absoluta, participação, e respeito à evolução da capacidade das crianças e adolescentes. Estes princípios não são apenas diretrizes teóricas, mas sim diretrizes práticas que orientam a aplicação do estatuto em diversas áreas, desde a formulação de políticas públicas até decisões judiciais. Ao estabelecer a proteção integral, o estatuto reconhece a condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes, assegurando a proteção contra todas as formas de violência, abuso, exploração e negligência. A prioridade absoluta reforça que os interesses das crianças e adolescentes devem prevalecer em todas as esferas, garantindo-lhes o acesso a direitos básicos e a proteção especial.

A participação ativa das crianças e adolescentes nas decisões que afetam suas vidas é um aspecto revolucionário do ECA. Reconhecendo-os como sujeitos de direitos, capazes de expressar suas opiniões e contribuir para a sociedade, o estatuto incentiva um diálogo aberto e respeitoso, promovendo a cidadania desde a juventude. Além disso, o respeito à evolução da capacidade destes jovens

assegura que, à medida que crescem, maior autonomia e responsabilidade lhes sejam progressivamente conferidas, em consonância com sua idade e maturidade.

Ao longo das páginas seguintes, exploraremos cada um desses pilares em detalhe, examinando como eles se manifestam em diretrizes específicas para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte, profissionalização, e proteção especial serão abordadas, demonstrando a abrangência e profundidade do ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente representa mais do que um conjunto de leis; ele é um compromisso do Brasil com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, e solidária. Através da promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes, o ECA tem sido fundamental na luta por garantir que cada jovem brasileiro tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Este estatuto não apenas protege, mas também empodera a próxima geração, assegurando que o futuro do país esteja nas mãos de cidadãos conscientes, saudáveis e engajados.



que, até então, encontrava-se em uma posição de vulnerabilidade e negligência alarmante.

Antes do advento do ECA, o Brasil lidava com uma lacuna legislativa extensa quando o assunto era a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Situações de abuso, exploração, negligência, e uma triste tendência à criminalização precoce de jovens em conflito com a lei, delineavam um cenário sombrio, clamando por mudanças profundas e urgentes.

A criação do ECA foi o resultado de uma mobilização intensa e diversificada, que contou com a participação de ativistas, profissionais da área da infância e juventude, acadêmicos e legisladores. Essa união de forças reflete a compreensão coletiva da urgência em se redefinir a abordagem dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, promovendo uma mudança paradigmática de como a sociedade e o Estado percebem e interagem com essa faixa etária.

Dentre os objetivos fundamentais do ECA, destaca-se a proteção integral, assegurando que crianças e adolescentes sejam protegidos contra toda forma de violência, abuso, exploração e negligência. Esta perspectiva de proteção integral é inovadora e coloca o bem-estar da criança e do adolescente no centro das políticas públicas, programas, ações governamentais e decisões judiciais, estabelecendo a prioridade absoluta dos seus direitos.

Além disso, o ECA introduz o conceito de participação ativa das crianças e adolescentes nas decisões que afetam suas vidas, reconhecendo-os como sujeitos ativos de direitos e não meros objetos de proteção. Este aspecto fomenta o respeito à evolução da capacidade dos jovens, concedendo-lhes, progressivamente, maior autonomia e responsabilidade, de acordo com sua idade e maturidade.

A abrangência do ECA vai além da proteção contra violências, abarcando também direitos fundamentais como o acesso à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, ao esporte, à profissionalização e à proteção especial. Esta legislação compreende que o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes não se faz apenas pela ausência de violência, mas também pela presença de oportunidades que garantam a realização plena de seus potenciais.

Em resumo, o Estatuto da Criança e do Adolescente representa um compromisso sólido e inabalável do Brasil com a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Ele é um marco legal que tem sido fundamental na construção de

uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, demonstrando que é possível e necessário garantir um futuro digno e promissor para as gerações mais jovens. O ECA é, sem dúvida, uma das legislações mais importantes do Brasil, refletindo uma mudança de paradigma na forma como a sociedade e o Estado enxergam e se comprometem com o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.



jovens em conflito com a lei eram crescentemente criminalizados, sem a devida atenção às causas subjacentes de seu comportamento ou às soluções que poderiam oferecer um caminho para a reintegração e o desenvolvimento saudável.

Nesse cenário, diversos setores da sociedade brasileira começaram a se mobilizar. Ativistas, profissionais que trabalhavam com infância e juventude, acadêmicos e legisladores uniram forças em uma resposta coletiva aos desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes do país. Foi um período de intensa mobilização social, com debates, encontros e a formação de uma forte corrente que demandava mudanças significativas na legislação e nas políticas públicas.

O resultado dessa mobilização foi a promulgação do ECA em 13 de julho de 1990, representando um marco na legislação brasileira. Este estatuto não apenas estabeleceu direitos e garantias fundamentais para crianças e adolescentes, mas também promoveu uma mudança paradigmática na forma como são vistos pela sociedade: de objetos de proteção a sujeitos de direitos.

O ECA é estruturado em torno de quatro objetivos fundamentais que refletem sua essência e orientam sua aplicação. Primeiramente, a proteção integral assegura que crianças e adolescentes sejam protegidos contra todas as formas de violência, abuso, exploração e negligência. Isso é um reflexo direto dos desafios que motivaram a criação do estatuto.

Em segundo lugar, a prioridade absoluta estabelecida pelo ECA significa que as necessidades das crianças e adolescentes vêm em primeiro lugar em todas as políticas públicas, ações governamentais e decisões judiciais. Esta é uma diretriz revolucionária que coloca os interesses dessa faixa etária no centro das atenções da sociedade.

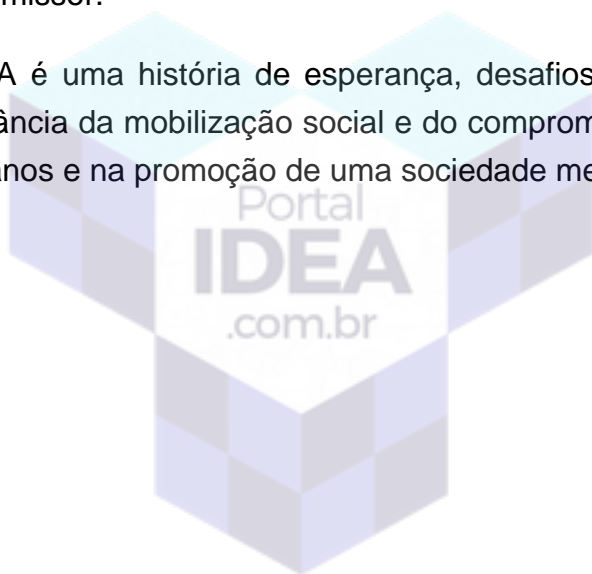
Além disso, o ECA reconhece o direito das crianças e adolescentes de participarem ativamente nas decisões que afetam suas vidas, promovendo um ambiente de inclusão e respeito às suas opiniões. Isso representa uma quebra significativa com o passado, onde sua voz era frequentemente ignorada.

Por fim, o respeito à evolução da capacidade das crianças e adolescentes garante a eles progressivamente maior autonomia e responsabilidade, de acordo com sua idade e maturidade. Esse princípio é fundamental para o desenvolvimento saudável e a formação de indivíduos capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

O ECA também abrange diretrizes específicas para a promoção dos direitos da infância e juventude em áreas vitais como educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte, profissionalização e proteção especial. Essas diretrizes representam um compromisso abrangente com o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes do Brasil.

Refletindo sobre o contexto histórico que levou à criação do ECA, percebemos o quão transformador esse período foi para o Brasil. A promulgação do ECA representou não apenas o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, mas também o início de uma nova era de proteção e promoção desses direitos. Foi um passo fundamental na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, onde as gerações mais jovens têm a garantia de um futuro digno e promissor.

A história do ECA é uma história de esperança, desafios e conquistas. Ela nos lembra da importância da mobilização social e do compromisso coletivo na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma sociedade melhor para todos.



Capítulo 3: Principais Objetivos e Diretrizes do ECA

Capítulo 3: Principais Objetivos e Diretrizes do ECA

Ao navegarmos pelas páginas da história brasileira, encontramos um marco legislativo que mudou para sempre a forma como o país enxerga e trata suas crianças e adolescentes: o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido popularmente como ECA. Este capítulo mergulha nos quatro pilares fundamentais que sustentam essa legislação revolucionária: Proteção Integral, Prioridade Absoluta, Participação, e Respeito à Evolução da Capacidade. Vamos desvendar, juntos, o coração do ECA, compreendendo não apenas o significado, mas a importância vital de cada um desses objetivos.

Começamos com a Proteção Integral, um conceito que pode parecer amplo à primeira vista, mas cuja essência é garantir um escudo robusto em torno de nossas crianças e adolescentes. O ECA nasceu em um contexto onde a vulnerabilidade desses jovens não era apenas evidente, mas profundamente preocupante. A Proteção Integral surge, então, como um compromisso do Estado e da sociedade em assegurar que esses indivíduos cresçam em um ambiente seguro, livre de qualquer forma de violência, abuso, exploração ou negligência. É como se o ECA dissesse: "Aqui, nesse solo, toda criança e adolescente será cuidado, respeitado e valorizado."

Avançamos para a Prioridade Absoluta, um princípio que coloca crianças e adolescentes no topo da lista quando o assunto é direito e proteção. Em um mundo ideal, todos teriam suas necessidades atendidas prontamente, mas o ECA reconhece que, para construir uma sociedade justa, é essencial garantir que os mais jovens não apenas tenham suas vozes ouvidas, mas que sejam os primeiros a serem atendidos em suas necessidades essenciais: saúde, educação, lazer e proteção. Isso se reflete em políticas públicas, programas, ações governamentais e decisões judiciais. Dessa forma, o estatuto não apenas reconhece a vulnerabilidade dessa faixa etária, mas se compromete ativamente a mitigá-la.

A Participação é o terceiro pilar e talvez um dos mais transformadores. Ao contrário de uma visão antiquada que via crianças e adolescentes como meros receptores de decisões adultas, o ECA os reconhece como atores sociais ativos, capazes de formar opiniões e de participar das decisões que afetam suas vidas. Seja no seio da família, na escola ou na comunidade, o estatuto encoraja e assegura o direito desses jovens de serem ouvidos. Este é um avanço notável,

pois promove o respeito mútuo e prepara as crianças e os adolescentes para uma vida adulta consciente e participativa.

Por último, mas não menos importante, temos o Respeito à Evolução da Capacidade. Este princípio é um reconhecimento da individualidade e da singularidade do processo de amadurecimento. Cada criança e adolescente é único, crescendo e aprendendo no seu próprio ritmo. O ECA, portanto, garante que essa evolução seja respeitada, proporcionando a cada um o direito de expressar suas opiniões e de ter essas opiniões consideradas, de acordo com sua idade e maturidade. É um convite à sociedade para que veja os jovens como indivíduos em desenvolvimento, dotados de potencial e dignos de respeito.

Neste capítulo, exploramos os alicerces sobre os quais o ECA está construído, cada um refletindo uma faceta essencial do compromisso do Brasil com a proteção e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Desde sua promulgação em 1990, o estatuto tem sido um farol de esperança e uma ferramenta poderosa na luta por uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Ao garantir Proteção Integral, Prioridade Absoluta, Participação ativa e Respeito à Evolução da Capacidade, o ECA não apenas protege; ele capacita a próxima geração, preparando-a para construir um futuro promissor para si mesma e para o país.

Capítulo 4: Áreas de Atuação do ECA

Capítulo 4: Áreas de Atuação do ECA

Neste capítulo, mergulharemos nas várias esferas que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) cobre, explorando como essa legislação fundamental não apenas protege, mas também promove o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes no Brasil. A partir da educação e saúde até a assistência social, cultura, lazer, esporte, profissionalização e proteção especial, o ECA é uma ferramenta robusta que busca garantir um futuro promissor para as gerações mais jovens.

Começemos pela educação, que é, sem dúvida, uma das áreas mais cruciais. O ECA estabelece o direito de todas as crianças e adolescentes à educação, enfatizando a importância de um ambiente escolar que não apenas promova o aprendizado, mas também proteja e incentive o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. A educação é vista como um direito fundamental que prepara os jovens para exercerem sua cidadania e participarem de forma plena e ativa na sociedade.

Na saúde, o ECA garante o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Este direito abrangente inclui desde o pré-natal, continuando com o acompanhamento pediátrico regular, até a atenção especializada, quando necessário. O objetivo é assegurar que todas as crianças e adolescentes cresçam saudáveis, com acesso a tratamentos e intervenções preventivas que possam garantir uma vida plena e saudável.

A assistência social é outra área vital coberta pelo ECA. Esta legislação assegura o direito a um suporte que vai além do básico, visando a superação das vulnerabilidades que crianças e adolescentes possam enfrentar. Seja por meio de programas de auxílio para famílias em situação de pobreza, seja oferecendo proteção especial para aqueles afastados do convívio familiar devido a abuso, negligência ou exploração, o ECA se posiciona como um escudo e um recurso para os mais jovens.

Além disso, o ECA reconhece a importância do acesso à cultura, ao lazer e ao esporte. Estas são esferas fundamentais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, proporcionando-lhes oportunidades para explorar suas habilidades, interesses e paixões. Através da arte, do jogo e da atividade física, os jovens

aprendem sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor, desenvolvendo habilidades sociais e emocionais cruciais para a vida adulta.

A profissionalização também é um aspecto abordado pelo ECA, que visa garantir aos jovens o direito à preparação para o mercado de trabalho de forma protegida. Isso inclui oportunidades de aprendizagem que respeitem a evolução de sua capacidade e maturidade, preparando-os não apenas com habilidades técnicas, mas também com a ética e a responsabilidade social necessárias para um engajamento profissional frutífero e respeitoso.

Por fim, a proteção especial é uma área de foco intensivo do ECA. Esta legislação oferece salvaguardas adicionais para crianças e adolescentes em situações de risco ou violação de direitos, como aqueles em conflito com a lei, vítimas de abuso ou exploração, e aqueles que vivem nas ruas. O objetivo é garantir que esses jovens recebam a atenção, o cuidado e o suporte necessários para reintegrá-los de forma segura e respeitosa na sociedade.

Concluindo, o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação abrangente que toca em todas as áreas essenciais para o desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes. Por meio de seus princípios de proteção integral, prioridade absoluta, participação e respeito à evolução da capacidade, o ECA não apenas protege, mas também promove um futuro mais brilhante para as gerações mais jovens do Brasil. A implementação efetiva e a conscientização contínua sobre os direitos e garantias estabelecidos pelo ECA são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Capítulo 5: O Impacto do ECA na Sociedade Brasileira

Capítulo 5: O Impacto do ECA na Sociedade Brasileira

Desde sua promulgação em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem moldando a sociedade brasileira de maneiras profundas e significativas. Este capítulo visa explorar como essa legislação fundamental, fruto de intensas mobilizações sociais e debates acalorados, tem contribuído para a edificação de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Ao longo das páginas seguintes, mergulharemos em uma análise detalhada do impacto do ECA, elucidando como ele tem sido um pilar na garantia dos direitos das crianças e adolescentes por todo o país.

A criação do ECA marcou o início de uma nova era no Brasil, uma era onde crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos plenos de direitos. Antes disso, a falta de uma legislação específica e abrangente deixava essa parcela da população vulnerável a diversas formas de violência, abuso e negligência. A chegada do ECA representou uma resposta concreta a essa realidade, estabelecendo um conjunto de direitos fundamentais que abrangem desde a proteção integral até o respeito pela capacidade evolutiva de meninos e meninas.

Um dos pilares do ECA é a proteção integral, que considera a condição peculiar de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Isso implica um olhar cuidadoso e atento às suas necessidades específicas, garantindo proteção contra qualquer forma de violência, exploração ou negligência. Essa diretriz tem orientado políticas públicas, programas sociais e ações governamentais, colocando os interesses dos jovens no centro das decisões. A consequência é um ambiente mais seguro e propício ao desenvolvimento pleno de nossas crianças e jovens.

A prioridade absoluta concedida a crianças e adolescentes pelo ECA é outra transformação significativa. Em um país onde a competição por recursos é acirrada, essa diretriz assegura que as necessidades desse grupo sejam atendidas primeiro. Isso se reflete em áreas cruciais como educação, saúde, lazer e proteção especial, onde avanços significativos foram observados. As políticas públicas agora são avaliadas também pela sua capacidade de atender às demandas desses jovens cidadãos, um verdadeiro marco na história social do Brasil.

O direito à participação é outra inovação trazida pelo ECA. Crianças e adolescentes não são mais vistos apenas como destinatários de ações e políticas, mas como participantes ativos, capazes de expressar suas opiniões e contribuir para decisões que afetam suas vidas. Esse respeito pela voz dos jovens tem fomentado um novo tipo de diálogo entre gerações, onde suas perspectivas e ideias são valorizadas. Trata-se de um avanço não apenas no campo dos direitos humanos, mas na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

A evolução da capacidade das crianças e adolescentes, reconhecida pelo ECA, reflete um entendimento mais nuancado sobre o desenvolvimento humano. Ao garantir-lhes progressivamente maior autonomia e responsabilidade, de acordo com sua idade e maturidade, o ECA promove a autoestima e a capacidade de autodeterminação. Esse princípio tem sido fundamental na educação, na saúde mental e no bem-estar geral da juventude brasileira, contribuindo para sua formação como cidadãos conscientes e ativos.

Por fim, mas não menos importante, o ECA estabelece diretrizes específicas para a promoção dos direitos da infância e juventude, cobrindo áreas essenciais como educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte, profissionalização e proteção especial. Essas diretrizes têm orientado políticas e programas que visam não apenas proteger, mas também empoderar crianças e adolescentes, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para construir um futuro digno e promissor.

Em resumo, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido um farol de esperança e progresso na luta pelos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Sua implementação tem desafiado estereótipos, transformado práticas e inspirado mudanças significativas em diversas esferas da sociedade. Ao garantir que os direitos desses jovens sejam respeitados, protegidos e promovidos, o ECA contribui de maneira inestimável para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, onde cada criança e adolescente tem a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Ao longo deste livro, exploramos as multifacetadas dimensões do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma peça legislativa que marcou um ponto de virada na história dos direitos humanos no Brasil. Este estatuto não é apenas um conjunto de normas; é um manifesto que reflete o compromisso da sociedade com a proteção e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Desde sua promulgação em 13 de julho de 1990, o ECA tem sido o alicerce sobre o qual repousam os esforços para garantir um futuro promissor para as gerações mais jovens no país.

O contexto histórico que antecedeu a criação do ECA revela um período em que a falta de uma legislação específica deixava muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Abusos, exploração, negligência e a crescente criminalização de jovens em conflito com a lei destacavam a urgência de uma reforma legislativa. A mobilização de diversos setores da sociedade foi crucial para que o ECA se tornasse realidade, evidenciando um movimento coletivo em prol da mudança.

Os princípios fundamentais do ECA - proteção integral, prioridade absoluta, participação e respeito à evolução da capacidade - são os pilares que sustentam as diretrizes para um novo paradigma de tratamento dispensado às crianças e adolescentes no Brasil. A concepção de proteção integral, por exemplo, transcende a mera assistência imediata, abrangendo uma visão holística que considera o bem-estar físico, emocional, social e intelectual dos jovens.

A prioridade absoluta conferida às crianças e adolescentes reflete-se na maneira como políticas públicas, programas, ações governamentais e decisões judiciais devem ser orientadas. Isso significa que, em qualquer circunstância, os interesses dos mais jovens devem prevalecer, garantindo-lhes as condições necessárias para um desenvolvimento sadio e harmonioso.

A participação ativa das crianças e adolescentes nas decisões que afetam suas vidas é um dos aspectos mais inovadores do ECA. Reconhecer a capacidade dos jovens de expressar suas opiniões e considerá-las no processo decisório é um passo fundamental para o exercício de sua cidadania e o respeito à sua individualidade.

O respeito à evolução da capacidade das crianças e adolescentes é um princípio que contempla a progressiva autonomia e responsabilidade, de acordo com a idade e maturidade de cada um. Este princípio é essencial para que o

desenvolvimento de competências e a tomada de decisões responsáveis sejam incentivados desde a infância, preparando-os para a vida adulta de maneira gradual e segura.

O ECA estabelece diretrizes específicas para a promoção dos direitos da infância e juventude em áreas fundamentais como educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte, profissionalização e proteção especial. Cada uma dessas áreas é vital para o desenvolvimento integral dos jovens, e o ECA oferece um roteiro para que o Estado, a sociedade e a família cumpram seu papel na garantia desses direitos.

Refletindo sobre a importância do ECA, percebemos que sua implementação vai além do cumprimento de uma legislação; trata-se de um processo contínuo de conscientização, educação e ação. O compromisso com os direitos das crianças e adolescentes implica uma transformação cultural que envolve todos os segmentos da sociedade. É um trabalho que requer dedicação, empatia e, acima de tudo, a crença no potencial de cada criança e adolescente para contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Neste percurso que traçamos juntos, aprofundando nosso conhecimento sobre o ECA, esperamos ter proporcionado não apenas uma compreensão teórica, mas também inspirado a reflexão e o comprometimento ativo com a causa da infância e juventude. O futuro das crianças e adolescentes do Brasil depende da nossa capacidade de colocar em prática os princípios e diretrizes do ECA, assegurando que cada jovem tenha a oportunidade de viver plenamente seus direitos e realizar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2021.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CURY, Munir; GARRIDO, Paulo de Souza; MARÇURA, Jurandir Norberto. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

SARAIVA, João Batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 58-78, jan./abr. 2005.

UNICEF. Situação da infância e adolescência brasileira 2019: o direito de aprender. Brasília, DF: UNICEF, 2019. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2021.

VOLPI, Mário (Org.). O adolescente e o ato infracional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

QVORTRUP, Jens. A infância como conceito estrutural. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1109-1130, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. Infância, educação e mundo do consumo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 295-317, maio/ago. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

